



CARTA DE BOAS VINDAS CONSEA NACIONAL

Aos membros do Consea Nacional,

No ano em que o Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN) comemora seus 25 anos, temos o prazer de participar da reinstalação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) que, pelas mãos de uma resistente sociedade civil e de um governo que pretende assumir compromisso com a garantia do direito humano à alimentação adequada (DHAA), toma posse neste 28 de fevereiro de 2023. Damos boas vindas a todas, todos e todes conselheiros que assumem esta importante missão, junto com os/as que representam o FBSSAN neste espaço.

Atualmente, o Brasil enfrenta uma grave situação de insegurança alimentar, resultado de omissões dos governos Temer e Bolsonaro, responsáveis pelo desmonte de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional (SAN) e violações severas ao direito à alimentação, as quais foram objeto de denúncias em Ações de Descumprimento de Preceitos Fundamentais (ADPFs), em análise no Supremo Tribunal Federal e pelo Tribunal Popular da Fome, realizado pela Conferência Popular por Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. A sentença do [Tribunal Popular da Fome](#) considerou o Governo culpado pelo aumento da fome no país.

A alimentação é um direito previsto na Constituição Federal brasileira, deve, portanto, ser assumido como prioridade e assegurado pelo Estado brasileiro. Para enfrentar a fome, em sua gravidade, será necessário um esforço interministerial, coordenado entre governo e sociedade, para a construção de respostas emergenciais que estejam associadas também a medidas estruturais capazes de promover a soberania e segurança alimentar e nutricional de maneira permanente. Assim, é importante que ministérios, articulados pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), apresentem à sociedade brasileira um plano para o enfrentamento emergencial da fome, e que tenham no CONSEA o espaço formal para a participação social e o controle social desta estratégia.

O enfrentamento da fome deve estar estritamente aliado à promoção da alimentação saudável e adequada, à garantia de direitos territoriais, e à promoção de sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis, preferencialmente de base agroecológica. Segue como uma importante inspiração o [Manifesto Comida de Verdade](#), escrito a muitas mãos durante a 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e como fundamental referência o Guia Alimentar da População Brasileira. O que precisamos é construir os caminhos entre as organizações de agricultoras e agricultores familiares que produzem alimentos saudáveis

e as pessoas que convivem com a fome, em outras palavras, **enfrentar a fome com comida de verdade**. Cabe valorizar as inúmeras iniciativas, protagonizadas por diversos movimentos sociais, coletivos e organizações, que criaram cozinhas solidárias, para acolher as famílias e oferecer comida de verdade, bem como a rede de equipamentos públicos, formada por Restaurantes Populares, Bancos de Alimentos e Cozinhas Comunitárias, que se mantiveram de pé, apesar do desmonte. Deve-se enfatizar que o enfrentamento da fome passa pelo entendimento da água como alimento e bem comum, e da necessidade de políticas que possam garanti-la, bem como as demais condições para a preparação dos alimentos, como o gás.

Nesta volta, é importante que o CONSEA retome seu papel de espaço estratégico para a formulação de políticas inovadoras para “**enfrentar a fome com comida de verdade**”, a partir de experiências que nascem da sociedade civil, como foi o caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Cisternas, e que enfrente também o debate sobre os limites e possibilidades, e possíveis conflitos de interesse da filantropia empresarial e da distribuição de ultraprocessados.

A violação ao direito à alimentação do Povo Yanomami é a expressão mais vil das violações ao direito à alimentação pelos governos Temer e Bolsonaro. A ocupação de seus territórios acirra as condições de sobrevivência e impede a produção de alimentos. O resultado é a fome. A violação do direito à terra, território e aos bens naturais é um plano genocida que não se restringe a este povo. Se reproduz, de diferentes formas, sobre as terras e territórios de povos indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais, bem como das populações empobrecidas no meio rural. Para combater a fome é necessária a urgente garantia dos direitos territoriais, a imediata gestão dos conflitos fundiários e a retomada da Reforma Agrária.

A ativa resistência e mobilização da sociedade civil nos últimos anos, que se expressa em movimentos como a Conferência Popular, o Observatório da Alimentação Escolar e a Comissão de Presidentes de CONSEAs Estaduais (CPCE), e que se “Mani-Festa” com o Banqueteço, não só manteve a agenda pública da SSAN viva, mas ampliou também a percepção da sociedade sobre a relevância do CONSEA. Cabe sempre lembrar que o conselho é parte integrante do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), depende, portanto, de que essa ampla rede de instâncias nacionais, estaduais e municipais estejam mobilizadas e fortalecidas para assegurar as condições de coordenação e implementação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN). Até 2019, todos os Estados e o DF e quase 500 municípios haviam formalizado a adesão voluntária ao SISAN constituindo seus Conselhos e Câmaras intersetoriais. Precisamos seguir neste caminho, assegurando condições de financiamento, estabelecendo mecanismos de pactuação federativa e a regulamentação da adesão e participação das entidades sem fins lucrativos. É fundamental reconhecer o caráter intersetorial desta política, e assegurar o permanente diálogo com outras políticas estratégicas como é o caso da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) - que precisa ser retomada e fortalecida - da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) e com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Ademais, em sua atuação, o CONSEA deverá sustentar uma interlocução permanente com a Frente Parlamentar de Segurança Alimentar e Nutricional, de modo a mobilizar o poder legislativo brasileiro na construção de políticas, projetos e iniciativas que possam promover o DHAA.

A sociedade brasileira se mobilizou para seguir mapeando a fome mesmo na ausência de informações oficiais. Um dos produtos do CONSEA foi a constituição da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN), responsável pela realização de dois inquéritos nacionais que deram número e rosto à fome que voltou a atingir um número significativo de brasileiros e brasileiras. Em 2022, o país tinha apenas 41,3% de domicílios em segurança alimentar, percentual que já foi de 77% em 2014, sendo que 33 milhões de pessoas vivenciavam a fome e outras 92 milhões tinham sua alimentação comprometida em qualidade ou quantidade. É fundamental que o IBGE seja reequipado para retomar os levantamentos nacionais sobre segurança alimentar agora com intervalos de tempo mais reduzidos, assim como há que resgatar chamadas nutricionais indígenas e quilombolas e a promoção pelos Ministérios de estudos e pesquisas sobre as mais variadas dimensões da SSAN e das iniquidades que atravessam os sistemas alimentares.

Celebramos a volta do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), ainda mais robusto do que no passado, com a importante missão de fomentar a produção de alimentos saudáveis para alimentar a população brasileira, em detrimento do uso da terra para a produção de commodities para a exportação. Retomamos a demanda pela elaboração de uma Política Nacional de Abastecimento Alimentar, capaz de fomentar cadeias curtas de distribuição e a regulação do preço dos alimentos, e evitar a privatização de mercados públicos, o que exige uma Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) forte e ligada ao MDA. Igualmente saudamos a retomada do Ministério de Direitos Humanos, da Pesca, da Mulher e da Igualdade Racial, e a tão necessária criação do Ministério dos Povos Indígenas, que fazem soprar novos ventos para a descolonização das políticas, reparações históricas, o enfrentamento do racismo estrutural e institucional, machismo e LGBTfobia.

Diante dos graves desmontes e intenso processo de desregulamentação, o debate sobre a agenda regulatória nas esferas da produção, abastecimento, distribuição, comercialização e consumo de alimentos, tornou-se ainda mais imprescindível, bem como sobre a forma como o sistema tributário favorece o consumo de ultraprocessados e dificulta o acesso a alimentos saudáveis. São necessários avanços na regulação do uso dos agrotóxicos, rotulagem, estoques públicos, publicidade infantil, bem como regulamentações capazes de frear a grilagem de terras e a expansão dos monocultivos e a reforma do sistema de tributação de alimentos. É urgente e necessário fortalecer o papel regulador do Estado na proteção e promoção do DHAA e da Soberania Alimentar, que devem estar sempre acima dos interesses de mercado.

A retomada do protagonismo político internacional do país deverá estar aliada à promoção da SAN e ao enfrentamento da fome, que voltou a aumentar em várias regiões do mundo. Como fez no passado, o CONSEA deverá dar prioridade à agenda internacional e fortalecer espaços de participação social na política externa em SAN. É preciso assegurar a participação e o monitoramento de negociações e acordos comerciais do Brasil, sobretudo o acordo Mercosul/União Europeia. No âmbito das iniciativas multilaterais do Brasil, o CONSEA deverá também ter incidência e protagonismo na formulação da Aliança Global contra a Fome, anunciada pelo presidente Lula durante a COP 27, e afirmar a necessidade de adesão pelo governo brasileiro à Declaração da ONU sobre os Direitos dos Camponeses e de outras pessoas que trabalham nas áreas rurais. É preciso também afirmar o Comitê de Segurança

Alimentar da ONU como espaço preponderante e democrático da governança mundial de SAN, com o fortalecimento do Mecanismo da Sociedade Civil e Povos Indígenas. Cabe também retomar atuação estratégica junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e com isso fortalecer os laços com os países africanos. Por fim, o CONSEA deve incentivar a promoção de uma cooperação internacional horizontal e que tenha ativo papel das organizações da sociedade civil.

Por fim, é com grandes expectativas e muito entusiasmo que saudamos a perspectiva de realização da 6ª Conferência Nacional de SAN ainda em 2023, como importante momento de encontro, balanço, renovação, planejamento e celebração. Viva o nosso reencontro, viva a volta do CONSEA nacional.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2023

Email: secretariafbssan@gmail.com

Site: www.fbssan.org.br

Instagram: @fbssanemacao



FBSSAN
FÓRUM BRASILEIRO DE SOBERANIA E
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL